

Lição 10

A Doubt on a Happy Man's Need of Friends

Duvida-se, porém, também acerca do feliz, se necessitará de amigos ou não. [1885]

Pois dizem que os bem-aventurados e autossuficientes de nada necessitam de amigos. Com efeito, os bens já lhes existem, logo, sendo autossuficientes, de nada necessitam; ora, o amigo, sendo um outro eu mesmo, proporciona aquilo que por si mesmo não se pode. [1886]

Donde: *Quando a sorte favorece bem, que necessidade há de amigos?* [1887]

Ora, parece inconveniente que, atribuindo-se ao feliz todos os bens, não se lhe atribuam os amigos, que parecem ser o maior dos bens exteriores. [1888]

E se é mais próprio do amigo fazer o bem do que recebê-lo, e é próprio do bom e da virtude fazer o bem, e é melhor fazer o bem aos amigos do que aos estranhos, então o virtuoso necessitará de amigos a quem beneficiar. [1889]

Por isso também se pergunta se nas boas fortunas há mais necessidade de amigos do que nos infortúnios, uma vez que também o infortunado, estando necessitado, precisa dos que hão de beneficiá-lo, e os bem-afortunados precisam daqueles a quem farão o bem. [1890]

Ora, é inconveniente talvez também isto: tornar o bem-aventurado solitário. Pois ninguém escolheria por si só ter todos os bens; com efeito, o homem é político e naturalmente apto a viver em comum. E isto vale, portanto, também para o feliz; pois ele tem os bens que são por natureza. Ora, é manifesto que é melhor conviver com amigos e com aqueles que são virtuosos do que com estranhos e com quaisquer pessoas. É preciso, pois, ao feliz, amigos. [1891]

Que dizem, portanto, os primeiros, e em que sentido dizem a verdade? Ou será que, como muitos, julgam que os amigos são úteis? De tais amigos, pois, o bem-aventurado não necessitará, porque os bens já lhe existem. Nem tampouco daqueles que se escolhem por causa do agradável, ou senão em pequena medida; pois, sendo a sua vida agradável, de nenhum deleite acrescentado de fora necessita. Ora, não necessitando de tais amigos, parece não necessitar de amigos. [1892]

Isto, porém, talvez não seja verdadeiro. Pois no princípio se disse que a felicidade é uma certa operação, e a operação, é manifesto, ocorre e não existe como uma certa posse. Ora, se ser feliz está no viver e no operar, e a operação do bom é virtuosa e deleitável por si mesma, como se disse no princípio, e é também próprio das coisas deleitáveis. Ora, podemos contemplar melhor os próximos do que a nós mesmos, e as ações deles do que as próprias, e assim as ações dos amigos virtuosos são deleitáveis aos bons, pois ambas têm aquilo que por natureza é deleitável. O bem-aventurado, pois, necessitará de tais amigos, uma vez que escolhe contemplar ações virtuosas e próprias, e tais são as ações do amigo bom. [1894]

Julgam, porém, que o feliz deve viver deleitavelmente. Ora, para o solitário a vida é difícil, pois não é fácil operar continuamente por si mesmo, mas com outros e em relação aos outros é fácil. Será, portanto, a operação mais contínua, sendo deleitável por si mesma, o que convém que exista em torno do bem-aventurado; pois o virtuoso, enquanto virtuoso, alegra-se com as ações que são segundo a virtude, e entristece-se com aquelas que provêm da malícia, assim como o músico se deleita com as boas melodias e se entristece com as más. [1897]

Resultará, porém, também um certo exercício de virtude do conviver com os bons, como também diz Teógnis. [1899]

1885. *Duvida-se, porém, também acerca do feliz* etc. Depois que o Filósofo resolveu a questão que se levantava da parte do amante em relação a si mesmo, aqui resolve a dúvida que se levanta da parte do amante em relação a outrem.

E primeiro propõe a dúvida;

segundo, mostra que a dúvida é razoável, ali: ***pois dizem que de nada*** etc.;

terceiro, resolve-a, ali: ***que dizem, portanto*** etc.

Diz, pois, primeiro que há dúvida acerca do feliz, se necessita de amigos ou não.

1886. Em seguida, quando diz: ***pois dizem que de nada*** etc., mostra que a dúvida é razoável, objetando a ambas as partes.

E primeiro objeta à parte negativa;

segundo, à parte afirmativa, ali: ***ora, parece*** etc.

Quanto ao primeiro, ele objeta de dois modos.

Primeiro, com efeito, por meio de uma razão. Pois alguns dizem que os felizes, sendo por si mesmos autossuficientes, não necessitam de amigos. De fato, tendo todos os bens à sua disposição e possuindo por si mesmos a suficiência dos bens, não parecem necessitar de nenhuma outra coisa; ora, o amigo parece ser necessário porque, sendo outro eu mesmo, proporciona aquilo que o homem não pode ter por si próprio; e assim parece que o feliz, ou o bem-aventurado, não necessita de amigos.

1887. Em segundo lugar, em: ***donde: quando o gênio*** etc., aduz para o mesmo fim um certo provérbio que se dizia no tempo dos gentios, a saber, que quando o gênio dá algum bem, não há necessidade de amigos. Pois os gentios, e sobretudo os platônicos, sustentavam que esta era a ordem da providência: que as coisas humanas fossem governadas pela divina providência por meio dos gênios; diziam, contudo, que alguns dos gênios eram bons e outros maus. É, portanto, o sentido do provérbio que, quando pela divina providência sobrevêm ao homem bens, como parece acontecer aos felizes, o homem não necessita do auxílio humano dos amigos.

1888. Depois, quando diz: **parece, porém** etc., objeta em favor da parte contrária com três razões.

Pois parece ser inconveniente que todos os bens exteriores sejam dados ao feliz e que os amigos não lhe sejam dados, sendo, no entanto, o amigo algo máximo entre os bens exteriores.

1889. Estabelece a segunda razão em: **e se, aos amigos** etc. E a respeito disto faz duas coisas.

Primeiro, estabelece a razão. Pois, como se disse acima, pertence mais ao amigo fazer o bem do que recebê-lo; ora, é próprio da virtude fazer o bem; e a felicidade consiste na operação da virtude, como se disse no primeiro livro, e assim é necessário que o feliz seja virtuoso e, por consequência, que faça o bem; ora, é melhor que o homem faça o bem aos amigos do que aos estranhos, mantidas iguais as demais circunstâncias, porque isso o homem faz com mais deleite e mais prontidão; logo, o feliz, sendo virtuoso, necessita de amigos a quem faça o bem.

1890. Em segundo lugar, em: **por isso também se pergunta** etc., conclui das premissas uma certa dúvida, a saber, se o homem necessita mais de amigos na boa fortuna do que nos infortúnios; pois em uma e outra fortuna parece o homem necessitar de amigos, pois o infortunado necessita de amigos que lhe façam o bem, mas o bem-afortunado necessita de amigos a quem ele próprio faça o bem. Esta dúvida, porém, ele prosseguirá adiante.

1891. Estabelece a terceira razão em: **é inconveniente, porém** etc. E diz que parece ser inconveniente que o bem-aventurado seja solitário. Pois isto é contra a comum escolha de todos: com efeito, ninguém escolheria viver sempre segundo si mesmo, isto é, sozinho, ainda que tivesse todos os demais bens, porque o homem é naturalmente um animal político e apto por natureza a conviver com os outros. Portanto, visto que o feliz tem aquilo que é naturalmente bom para o homem, convém que tenha aqueles com quem conviver. Ora, é manifesto que é melhor conviver com amigos e virtuosos do que com estranhos e quaisquer pessoas. Assim, pois, é manifesto que o feliz necessita de amigos.

1892. Depois, quando diz: **que dizem, então** etc., resolve a sobredita dúvida.

E, primeiro, mostra como dizem a verdade aqueles que negam que o feliz necessite de amigos;

segundo, como dizem o falso, em: **isto, porém, não é** etc.

Diz, portanto, primeiro que, tendo-se provado que o feliz necessita de amigos, é preciso considerar o que dizem os primeiros, que negam que o feliz necessite de amigos, e em que medida dizem a verdade.

1893. A respeito disto deve-se considerar que muitos julgam serem amigos aqueles que lhes são úteis na obtenção dos bens exteriores, os únicos que os homens comuns conhecem; de tais amigos, portanto, não necessita o bem-aventurado, porque lhe basta a si mesmo nos bens que possui. Semelhantemente, também não necessita de amigos por causa do deleitável, senão em pouco, isto é, enquanto no convívio humano é preciso às vezes usar de divertimentos para o descanso, como se disse no quarto livro; pois a vida do feliz, sendo deleitável em si mesma, como se disse no primeiro livro, não necessita de deleite acrescentado por causa do qual lhe sejam

necessários os amigos. E, como não necessita de tais amigos, isto é, dos úteis e dos deleitáveis, parece não necessitar de amigos.

1894. Depois, quando diz: ***isto, porém, talvez não seja verdadeiro*** etc., mostra que não é de todo verdadeiro o que dizem.

E, primeiro, mostra isto com certas razões morais;

segundo, por meio de uma razão mais natural, em: ***aos que consideram mais naturalmente*** etc.

Quanto ao primeiro, estabelece três razões,

dizendo primeiro que não é verdadeiro o que se disse, a saber, que, se o feliz não necessita de amigos úteis e deleitáveis, por isso não necessite de amigos; pois há certos amigos por causa da virtude, dos quais ele necessita. A primeira razão disto é que, como se disse no primeiro livro, a felicidade é uma certa operação,

1895. ora, é manifesto que a operação consiste em vir a ser e não é algo que exista ao modo das coisas permanentes, como se fosse alguma posse que, uma vez possuída, tornasse o homem feliz de tal maneira que não fosse necessário que operasse algo. Mas ser feliz consiste em viver e operar continuamente; é preciso, porém, que a operação do homem bom seja boa e deleitável em si mesma, porque é boa por si, como se disse no primeiro livro; ora, a operação boa está, entre os deleitáveis, como o deleitável próprio do virtuoso (pois não seria virtuoso aquele que não se deleitasse na operação da virtude, como se disse no primeiro livro);

1896. requer-se, portanto, para a felicidade que o feliz se deleite na obra da virtude. Ora, não podemos deleitar-nos senão naquilo que conhecemos; mas podemos contemplar mais os próximos do que a nós mesmos e as ações deles do que as nossas, porque o juízo de cada um falha mais nas próprias coisas por causa da afeição privada que tem para consigo mesmo; assim, pois, é claro que aos homens bons são deleitáveis as ações daqueles que são bons e amigos, nos quais se encontram ambas as coisas que são por natureza deleitáveis, a saber, o bom e o amado. Assim, pois, o bem-aventurado necessitará de tais amigos, isto é, virtuosos, enquanto busca considerar as boas ações apropriadas a si, quais são as ações do homem bom que é amigo: pois, como o amigo do homem é quase outro ele mesmo, as ações do amigo são para ele quase próprias.

1897. Estabelece a segunda razão em: ***julgam, porém*** etc. Diz que comumente se julga que o feliz deve viver deleitavelmente; pois o deleite é uma das coisas que se requerem para a felicidade, como se disse no primeiro livro. Ora, aquele que vive solitário padece uma vida difícil, isto é, penosa; pois é preciso que se interrompa o seu deleite, que segue a operação, porquanto não é fácil que o homem opere continuamente segundo si mesmo, isto é, existindo solitário; mas isto é fácil se existir com outros, pois se dá uma certa alternância de operações enquanto mutuamente fazem boas ações uns aos outros, e assim se continua o deleite.

1898. Se, portanto, o homem convive com amigos, a sua operação, que é deleitável em si mesma, isto é, a virtuosa, será mais contínua, e isto deve existir a respeito do bem-aventurado, a saber, que continuamente se deleite nas obras da virtude; pois o virtuoso, enquanto tal, se alegra nas

ações virtuosas, quer feitas por si, quer por outros, e se entristece nas obras contrárias que procedem da malícia de alguém, assim como o músico se deleita nas boas melodias e se ofende nas más.

1899. Estabelece a terceira razão em: ***far-se-á, porém*** etc. E diz que, do fato de o virtuoso conviver amigavelmente com os homens bons, se fará a áskesis, isto é, a associação na virtude, como disse Teógnis, certo poeta. E tal sociedade é oportuna a qualquer virtuoso, assim como também as demais obras humanas se realizam melhor em sociedade.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:07:35 by Admin

Updated 11 October 2026 19:07:35 by Admin